

PROGRAMA DE PROVAS

PROGRAMA DE PROVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE:

✓ PROCURADOR JURÍDICO

PROGRAMA DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Tributo, Conceito e definição legal, natureza jurídica, espécies e classificações, direito tributário, conceito, natureza e princípios, fontes de direito tributário, vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, direito Tributário Constitucional, princípios Constitucionais Tributários, limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, garantias Constitucionais do contribuinte, a obrigação tributária, conceito e natureza jurídica, elementos da obrigação tributária: sujeito ativo, sujeito passivo, objeto e causa, o fato gerador da obrigação tributária, capacidade tributária ativa e passiva, o domicílio tributário, responsabilidade tributária, responsabilidade de terceiros, substituição tributária, crédito tributário, conceito, natureza jurídica e constituição, suspensão do crédito tributário, extinção do crédito tributário, exclusão do crédito tributário, garantias, privilégios e preferências do crédito tributário, lançamento Tributário, conceito e natureza jurídica, modalidades de lançamento tributário, revisão do lançamento, sistema tributário nacional, conceito e estrutura, espécies tributárias, conceitos, competência tributária, discriminação das receitas tributárias, repartição das receitas tributárias, tributos municipais, conceitos, discriminação constitucional, os impostos municipais, administração tributária, dívida ativa. Conceito. Espécies, constituição, inscrição e efeitos, fiscalização tributária, o contencioso administrativo em matéria fiscal, execução fiscal, pressupostos processuais e condições da ação, regras do procedimento especial, embargos e impugnação, recursos, defesa do contribuinte em juízo, mandado de segurança, ações cautelares, ação declaratória de existência ou inexistência de relação jurídico-tributária, ação anulatória de débito fiscal, ação de repetição de indébito, ação de consignação em pagamento.

PROGRAMA DE DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** 1) Direito Processual: Conceito. 2) Os meios adequados de solução de conflitos. 3) Movimentos de acesso à justiça e seus desdobramentos no Brasil: instrumentalidade, efetividade e adequação. 4) Normas Fundamentais e Princípios Gerais do Direito Processual Civil. 5) A Norma Processual. 6) Jurisdição. 7) Desjudicialização e as hipóteses de transferência das hipóteses de jurisdição voluntária para a estrutura cartorária. 8) Organização Judiciária Federal e Estadual. 9) Conselho Nacional de Justiça. 10) A ação e o direito de defesa. 10.1. Condições para o regular exercício do direito de ação. 11) Competência. 11.1. Incompetência. 11.2. Competência interna e internacional. 11.3. Modificação da competência. 12) Sujeitos do Processo: Juiz. Partes. 13) Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. 14) Intervenção anômala da União. 15) *Amicus Curiae*. 16) Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 17) O Advogado: o Estatuto da OAB e o Código de Ética. 18) Advocacia Pública e Defensoria Pública. 19) O Juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura. 19.1. Poderes e deveres dos magistrados. 19.2. Suspeição, impedimento e responsabilidade civil dos juízes. 20)

Os auxiliares da Justiça. 21) O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico: O M.P. na Constituição de 1988 e a participação do M.P. no CPC. 22) Processo. Classificação dos Processos. 22.1. Processo de conhecimento. 22.2. Processo de execução. 22.3. Modalidades de procedimentos: procedimento comum e procedimentos especiais. 23) Aspectos Econômicos e Éticos do Processo: O custo do processo e a concessão da gratuidade aos hipossuficientes. 23.1. A Repressão à má-fé na relação processual. 23.2. Responsabilidade por dano processual. 23.3. Dever de colaboração. 24) Processo Eletrônico. 24.1. A Lei 11.419/2006 e os atos normativos do CNJ. 25) Atos Processuais. 25.1. Teoria Geral e Espécies. 25.2. Nulidades. 25.3. Ineficácia. 25.4. Convenções processuais. 25.5. Processo calendário. 25.6. ordem pública processual. 26) Relação Jurídica Processual e Pressupostos Processuais. 27) Objeto da Cognição: Questões Prévias. 27.1. Conceito. 27.2. Questão Prévia Preliminar. 27.3. Questão Prévia Prejudicial. 27.4. Questão Principal. 28) Juizados Especiais. 28.1. Juizados Especiais Cíveis. 28.2. Juizados Especiais Federais. 28.3. Juizados da Fazenda Pública. 29) Tutela Coletiva. 29.1. Espécies de direitos metaindividuais. 29.2. Princípios da tutela coletiva. 29.3. Inquérito civil. 29.4. Termo de Ajustamento de Conduta. 29.5. Audiência Pública. 29.6. Recomendação. 29.7. A mediação na tutela coletiva. 29.8. A tutela coletiva e a ordem econômica. 30) A Fazenda Pública em Juízo. 30.1. A mediação e a Administração Pública. 31) Processo de conhecimento. 31.1. Petição Inicial. 31.2. Valor da causa. 32) Citação. 32.1. Efeitos e modalidade de citação. 33) Formação e suspensão do processo. 33.1. Estabilização da demanda. 33.2. Suspensão própria e imprópria. 34) Resposta do réu. 34.1. Espécies de defesa. 34.2. Arguição de impedimento e suspeição. 34.3. Contestação. 34.4. Reconvenção. 35) Revelia. 35.1. Efeitos da revelia. 36) Fatos impeditivos, modificativos e extintivos do pedido. 37) Alegações do réu. 38) Julgamento conforme o estado do processo: Extinção parcial e total do processo. 38.1. Julgamento antecipado total e parcial da lide. 38.2. Audiência de conciliação e de mediação. 38.3. Despacho saneador. 38.4. Julgamento liminar de improcedência. 39) Extinção do processo. 39.1. Sentença definitiva e terminativa. 39.2. Coisa julgada material e formal. 40) Tutelas Provisória: urgência e evidência. 40.1. Tutela de urgência cautelar e antecipatória. 40.2. Tutela de urgência antecedente e incidente. 40.3. Estabilização da tutela antecipada. 40.4. A tutela provisória em face da Fazenda Pública. 40.5. Tutela inibitória. 41) Teoria Geral das Provas. 41.2. Meios de prova. 41.3. Ônus da prova: carga estática e dinâmica da prova. Inversão do ônus da prova. 41.4. Provas lícitas, ilícitas, legítimas e ilegítimas. 41.5. Prova emprestada. 41.6. Prova indiciária. 41.7. Sistema de valoração da prova. 41.8. Fases do procedimento probatório. 41.9. Poderes probatórios do juiz. 42) Provas em espécie. 43) Audiência de instrução e julgamento. 44) Memorais e alegações finais. 45) Sentença. 45.1. Elementos essenciais da sentença. 45.2. Dever de motivação analítica das decisões judiciais. 45.3. Tutela específica da obrigação de fazer, não fazer e entrega da coisa. 46) Coisa Julgada. 46.1. Formação. 46.2. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. 46.3. Preclusão. 46.4. Sistema das preclusões dinâmicas. 46.5. As questões prejudiciais e a coisa julgada. 47) Teoria Geral dos Recursos. Legitimidade e Interesse para recorrer. 47.1. Princípios relativos aos recursos. 48) Remessa Necessária e Recursos em Espécie. 48.1. Apelação. 48.2. Agravo. 48.3. Agravo interno. 48.4. Agravo de Instrumento. 48.5. Agravo nas hipóteses de inadmissão de recursos especial e extraordinário. 48.6. O prosseguimento do julgamento na hipótese do art. 942 do CPC/2015. 48.7. Embargos de Declaração. 48.8. Embargos de declaração com efeitos infringentes. 48.9. Embargos de declaração prequestionatórios. 48.10. Embargos de declaração protelatórios. 48.11. Uso dos meios eletrônicos. 49) Recursos para o

Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. 49.1. O uso do processo eletrônico pelos Tribunais Superiores. 50) Da Ordem dos Processos no Tribunal. 50.1. Precedentes. 50.2. Reclamação. 50.3. Súmulas. 50.4. Incidente de assunção de competência. 50.5. Incidente de resolução de demandas repetitivas. 50.6. Julgamento repetitivo de recursos especiais e extraordinários. 50.7. Repercussão geral. 51) Incidentes e ações autônomas de impugnação. 51.1. conflito de competência. 51.2. Declaração de Inconstitucionalidade. 51.3. Homologação de decisão estrangeira. 51.4. Ação Rescisória. 51.5. Ação anulatória. 52. Teoria geral da execução. 52.1. Princípios da Execução. 52.2. Meios de execução. 52.3. As partes na relação processual executiva. 52.4. Liquidação de Sentença. 52.5. Requisitos da Execução. 52.6. Inadimplemento do devedor. 52.7. Título Executivo. 52.8. Modalidades de Títulos Executivos Judicial e Extrajudicial. 52.9. Cumulação de Execuções. 52.10. Responsabilidade Patrimonial. 52.11. Fraude à execução e fraude contra credores. 52.12. Cumprimento de sentença: teoria geral e espécies de procedimentos. 52.13. O protesto da decisão judicial. 52.14. A negativação do nome do devedor. 52.15. A hipoteca judiciária. 52.16. A penhora on line e seu procedimento. 53) Suspensão e Extinção da Execução. 54) Defesa do Executado. 54.1. A impugnação. 54.2. Embargos à Execução. 54.3. Objeção de pré-executividade. 54.4. A defesa do Executado após a apresentação dos embargos. 54.5. Os embargos de terceiro e a atividade executiva. 55) Procedimentos Especiais de Jurisdição contenciosa. 56) Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e procedimentos especiais previstos em legislação extravagante. 57) Usucapião no Estatuto da Cidade. 58) Alienação fiduciária em garantia. 59) Registros Públicos. 60) Usucapião especial. 61) Direito Intertemporal. 62) Disposições finais e transitórias do CPC/2015. 62.1. Conflito de leis no tempo. 63) Aplicação do CPC/2015 aos processos iniciados antes de sua vigência. 64) Aplicação das normas do CPC/2015 aos procedimentos especiais previstos em leis extravagantes. 65) Ação Civil Pública. 66) Ação Popular. 67) Mandado de Segurança.

**DIREITO CIVIL:** 1) Das pessoas (naturais e jurídicas) 1.2 - Capacidade e estado das pessoas. 1.2.1 - Emancipação. 1.3 - Domicílio e residência. 2) Dos bens. 3) Dos Fatos jurídicos. 3.1 - Negócio jurídico. 3.2 - Atos jurídicos lícitos. 3.3 - Atos jurídicos ilícitos. 4) Prescrição e decadência. 5) Da prova. 6) Direitos das obrigações. 6.1 - Conceitos e fontes. 6.2 - Das modalidades das obrigações. 6.3 - Do adimplemento e extinção das obrigações: conceitos gerais. 6.4 - Do inadimplemento das obrigações: mora; perdas e danos; juros legais; cláusula penal. 7) Dos contratos em geral. 7.1 - Disposições gerais. 7.2 - da formação dos contratos. 7.3 - Vícios redibitórios. 7.4 - Da evicção. 7.5 - Da extinção do contrato. 7.6 - Do distrato. 7.8 - Da cláusula resolutiva. 7.9 - Da exceção do contrato não cumprido. 7.10 - Da resolução por onerosidade excessiva. 8) Da responsabilidade civil. 8.1 - Responsabilidade contratual e extracontratual. 8.2 - Responsabilidade objetiva e subjetiva. 8.3 - Obrigação de indenizar. 8.4 - Do dano e sua reparação.

#### **PROGRAMA DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL**

Aplicação da lei Penal: princípios da legalidade, eficácia no tempo e no espaço, crime: conceitos, ação e omissão, tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade. Relação de causalidade. Punibilidade. Responsabilidade criminal. Co-autoria. Causas extintivas da punibilidade. Prescrição e decadência. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Conceito e classificação. Extensão penal do conceito de Administração Pública, funcionário

público e documento público. Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral. Crimes de Licitações. Crimes de imprensa. Lei dos Juizados Especiais Criminais

## **PROGRAMA DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **TEORIA**

Noções de Teoria da Constituição e do Direito Constitucional. Objeto. Métodos. Interpretação, integração, aplicação e lacunas do Direito Constitucional. Direito Constitucional e Constituição. Classificações das Constituições - critérios. História Constitucional. Origens das Constituições. A Teoria dos Ciclos Constitucionais e os Ciclos Constitucionais. História do Direito Constitucional Brasileiro - noções sobre as características básicas e originais das Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988 - noções sobre os antecedentes imediatos, forma de exercício do Poder Constituinte e inovações principais. Fontes do Direito Constitucional. A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Noções sobre algumas correntes doutrinárias constitucionais mais importantes.

O Jusnaturalismo em Sieyès. O Positivismo normativista em Kelsen. O Sociologismo de Ferdinand Lassalle. Teoria do Poder Constituinte, origens e fundamentos. Teoria do Controle da Constitucionalidade. O controle da Constitucionalidade no Brasil. Classificações das normas constitucionais. Normas de aplicação e normas de integração. O problema das normas programáticas. Os princípios.

### **DOG MÁTICA**

A Constituição do Brasil, de 05.10.1988 e alterações posteriores. Os Princípios na Constituição Brasileira. O preâmbulo. Da Organização do Estado. A Federação Brasileira. Os bens públicos. As competências dos entes federados e os critérios de classificação. Intervenção. Os Municípios na Constituição. A Lei Orgânica. Organização dos Poderes. Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Processo Legislativo. Funções essenciais à Justiça. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Os Tribunais de Contas. Administração Pública. Princípios gerais. Tributação e Orçamento. Orçamento e Finanças Públicas. Princípios. Tributos. Repartição das Receitas Tributárias. Tributos dos Municípios e receitas da repartição. Ordem Econômica e Financeira. Princípios gerais. Regime de prestação dos serviços públicos. Exploração de atividade econômica. Estado como agente normativo e regulador. Planejamento. Política Urbana. Plano Diretor. Ordem Social. Fundamentos. Princípios. Seguridade Social - financiamento. Saúde. Municipalização da Saúde. Sistema Único de Saúde. Previdência Social - atendimento e prestação. Custeio e financiamento. Aposentadoria. Princípios. 6 Assistência Social - princípios, objetivos, custeio. Educação - princípios. A colaboração entre União, Estados e Municípios. O art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Recursos. Assistência os Municípios. Atuação prioritária dos entes federados. Destinação dos recursos públicos às escolas. Cultura. Princípios. Formas de proteção ao patrimônio. Ciência e Tecnologia - princípios. Comunicação Social - princípios. Meio-ambiente. Princípios. Meios de proteção ao meio-ambiente.

Competência e deveres do Município. Os Direitos e Garantias Fundamentais. Disposições Constitucionais Gerais. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

## **PROGRAMA DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

Princípios constitucionais de Direito Administrativo. Princípio da legalidade. Princípio da impessoalidade. Princípio da publicidade. Princípio da moralidade. Princípio da eficiência. Princípio da segurança jurídica. Princípio da indisponibilidade do interesse público. Princípio da supremacia do interesse público. Princípio da razoabilidade. Princípio da finalidade. Princípio da presunção de veracidade ou de legitimidade. Princípio da motivação. Princípio da continuidade do serviço público. Administração Pública. Conceito. Estrutura e organização. Fenômenos da desconcentração e da descentralização administrativa. Administração Pública Direta. Órgãos Públicos: conceito; Relação entre a vontade do órgão e do agente público; Classificação dos órgãos públicos. Administração Pública Indireta: Autarquias em regime comum e especial; Fundações públicas; Sociedades de economia mista; Empresas públicas. Entes em situação peculiar: Empresas controladas direta e indiretamente pelo Poder Público; Fundações privadas instituídas pelo Poder Público; Subsidiárias de sociedade de economia mista; Ordens e conselhos profissionais; Serviços sociais autônomos. Ato administrativo. Conceito. Atributos: Presunção de veracidade ou legitimidade, Imperatividade e Auto-executoriedade. Elementos: Competência, Finalidade, Forma, Motivo e Objeto ou conteúdo. Motivação e mérito: Teoria dos motivos determinantes. Classificação dos atos administrativos. Perfeição, validade e eficácia. Extinção dos atos administrativos: Revogação, Anulação e Cassação. Convalidação dos atos administrativos. Prescrição administrativa. Controle da Administração Pública. Controle administrativo: Controle hierárquico e finalístico; Meios de controle. Controle legislativo: Meios. Controle judicial: Espécies; Meios. Poderes da Administração Pública. Poder hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Poder de Polícia: Conceito, fundamento, características e meios de atuação; Sentido amplo e restrito; Competência; Polícia administrativa e polícia judiciária; Atributos; Sanções. Responsabilidade extracontratual do Estado. Histórico no mundo e no Brasil. Responsabilidade extracontratual por atos comissivos. Responsabilidade extracontratual por atos omissivos. Excludentes da Responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Ação regressiva. Responsabilidade do servidor causador do dano. Responsabilidade por atos legislativos. Responsabilidade por atos judiciais. Agentes Públicos. Conceito. Classificação. Espécies de regimes: Regime de Direito Público e Regime Contratual. Acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas. Associação sindical. Direito de greve. Retribuição pecuniária: remuneração e subsídio. Acumulações de cargos, empregos e funções. Estabilidade. Disponibilidade. Formas de provimento dos cargos públicos. Formas de vacância dos cargos públicos. Responsabilidade civil, administrativa e penal. Penalidades. Processo administrativo disciplinar. Agentes públicos e a improbidade administrativa (Lei Federal no. 8.429/92). Regime previdenciário. Legislação Municipal. Serviço público. Conceito. Classificação. Requisitos. Concessão e permissão de serviço público (legislação federal e municipal). Licitação e Contrato Administrativo (legislação federal e municipal). Convênios e Consórcios Administrativos. Processo Administrativo. Processo e procedimento. Princípios. Modalidades. Bens públicos. Conceito. Classificação. Características. Afetação e desafetação. Regime jurídico. Bens das sociedades de economia mista e das empresas públicas. Uso de bens públicos por particulares: autorização, permissão e concessão. Aquisição de bens públicos. Alienação de bens públicos. Bens públicos em espécie: Terras devolutas; Ilhas; Águas públicas; Terrenos marginais ou reservados.

Legislação municipal. Restrições sobre a propriedade privada. Modalidades. Fundamento. Limitações administrativas. Ocupação temporária. Requisição Administrativa. Tombamento. Servidão administrativa. Desapropriação: Conceito; Requisitos constitucionais; Procedimento; Imissão provisória de posse; Consumação da desapropriação; Pagamento da indenização; Desistência da desapropriação; Retrocessão; Desapropriação para urbanização e reurbanização; Desapropriação indireta.

## **PROGRAMA DE DIREITO MUNICIPAL**

A posição constitucional do Município brasileiro na Constituição de 1988. As Leis Orgânicas Municipais. A Lei Orgânica do Município Serra dos Aimorés. A Autonomia Municipal e as competências constitucionais do Município. Interesse local. Remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e servidores municipais. O subsídio dos vereadores municipais. Intervenção nos Municípios. Estrutura política municipal. O poder executivo municipal. O poder legislativo municipal. Administração pública municipal. Criação, desmembramento, anexação, incorporação e fusão de Municípios. A Fiscalização do Município. O Controle Interno. O Controle Externo - Competência dos Tribunais de Contas. O Controle Popular. Controle dos atos municipais pelos Tribunais - meios processuais cabíveis. Finanças Municipais. A atividade financeira do Município. Fiscalidade e extra-fiscalidade. Receita Pública. Modalidades. Receitas correntes e receitas de capital. Fases da receita pública. Impostos e taxas municipais. Contribuição de melhoria. Contribuições para-fiscais. Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública. Empréstimos. Limite do endividamento. Garantias. Formalidades. Dívida pública. Títulos públicos. Despesa pública. Técnica de realização. Fases da despesa pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal. O Poder de Polícia Municipal. Inconstitucionalidade de Lei Municipal. A arguição direta de inconstitucionalidade. Incidentes de Inconstitucionalidade. Orçamento municipal. Elaboração. Tipos. Princípios. Natureza. Matéria orçamentária. Execução. Créditos adicionais. O Plano plurianual. A Lei de diretrizes orçamentárias. A lei do orçamento anual. Princípios Orçamentários. Receita e Despesa. Processo de Municipalização das Políticas Públicas. O Sistema Único de Saúde e as atribuições do Município. A Lei Orgânica da Saúde. O Código Municipal de Saúde. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a municipalização do atendimento. O Conselho Tutelar. O Conselho Municipal de Direitos. O Código de Trânsito e a atribuição dos Municípios no sistema nacional. A Lei Orgânica da Assistência Social e as atribuições do Município. A atribuição constitucional em matéria de educação. A lei de Diretrizes e Bases. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. Participação Popular no Município. A participação popular como forma de exercício da cidadania. A democracia participativa. As formas de democracia participativa previstas na Lei Orgânica Municipal de Serra dos Aimorés. Os Conselhos populares, os Conselhos Municipais, as audiências públicas. O plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. O Orçamento Participativo. Responsabilidade de feitos. Responsabilidade penal dos Prefeitos. Infrações político-administrativas dos Prefeitos. Organização judiciária do Estado de Minas Gerais em matéria penal atinente a Prefeitos. Os atos de improbidade Administrativa previstos no Estatuto da Cidade.

